

**PROCESSO:** Nº 067/2011  
**INTERESSADO:** CONSEMA  
**ASSUNTO:** Questionamentos da Prefeitura Municipal de Guararapes referentes ao licenciamento do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba  
**MUNICÍPIO:** Araçatuba  
**DATA:** 16.07.2015

## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento trata da manifestação deste Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – IPSR, para atendimento do Despacho Especial CONSEMA n.º 048/2015, emitido pela Secretaria Executiva do CONSEMA. Por meio do referido despacho foram solicitadas considerações quanto ao Ofício nº 400/2015 elaborado em julho de 2015 pela Prefeitura do Município de Guararapes, referentes ao licenciamento ambiental prévio das Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba no município de Araçatuba, de responsabilidade da empresa CGR Guataparã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda.

Essa Informação Técnica foi fundamentada nas informações constantes do Processo nº 067/2011 relativo ao licenciamento ambiental prévio do empreendimento.

## 2 INFORMAÇÃO

Trata-se de questionamento do Sr. Prefeito do Município de Guararapes sobre o processo de licenciamento do empreendimento CGR – Guataparã, que terá lugar no Município vizinho de Araçatuba.

Inicialmente o Sr. Prefeito solicita a realização de “Audiência Pública no Município de Guararapes” por entender que esse empreendimento possa vir a ter influência direta no seu território. Demanda de igual teor já havia sido formulada em 21.05.2013, ocasião na qual se julgou desnecessária tal audiência, conforme pode ser observado na IT 038/13/IPSR apensada a este documento. Como não há nenhuma alteração técnica que justifique uma mudança de entendimento, considera-se desnecessária a realização de nova audiência pública formal sobre o caso.

O Sr. Prefeito argumenta que o empreendimento esta localizado à montante do “Córrego Azul”, o qual é manancial de abastecimento da área rural e potencial manancial de abastecimento da área urbana do Município de Guararapes. Quanto a isso convém esclarecer que o empreendimento se localiza em um divisor de águas fazendo parte das bacias de drenagem do Córrego da Água Limpa, que drena para o Município de Araçatuba, do Córrego da Prata que drena para o Município de Guararapes. Este último corpo d’água deságua no Córrego da Divisa, o qual por sua vez é afluente do Ribeirão Azul. A distância entre o empreendimento e o Ribeirão Azul é cerca de 17 km. Uma vez que não estão previstas intervenções em corpos d’água ou nascente e que os líquidos percolados serão coletados e tratados fora, em instalações licenciadas para tal, não é razoável supor que as coleções hídricas venham a ser impactadas. (Carta IBGE folha SF22XC).

Em continuidade, o Sr. Prefeito entende que a Deliberação 134/14 do CBH-BT não foi acatada. Essa deliberação ratifica a Deliberação CBH-BT nº 124/2013 sobre a implantação do empreendimento. Tal documento delibera que *“não é do interesse do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê que empreendimentos desta natureza sejam implantados em locais onde haverá interferências e impactos nos recursos hídricos”*.

Além das considerações acima sobre a proteção aos recursos hídricos, informa-se que nos termos da Resolução SMA nº 54/08 que estabelece procedimentos para recebimento de contribuições/sugestões técnicas dos Comitês de Bacia para análise de EIA/RIMA consta que: “Artigo 2º - As manifestações dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH, que deverão ser técnicas e que subsidiarão a análise referente à viabilidade ambiental do empreendimento pelos técnicos (...) deverão indicar, fundamentalmente, a relação que o empreendimento mantém com as metas do Plano de Bacia ou com o Relatório de Situação.” Nesse sentido, à luz da referida Resolução as contribuições/sugestões técnicas oferecidas pelo referido Comitê, quando pertinentes, foram consideradas. Por outro lado, não estão previstas intervenções nos recursos hídricos. Além disso, as manifestações contrárias referenciadas nas atas de reunião do Comitê são as mesmas já discutidas e rebatidas nas Informações Técnicas n.º 50, 52 e 53/15/IPSR, apensadas a esta IT. Assim, entende-se que as ponderações colocadas pelo Comitê para esta fase do Licenciamento foram sim consideradas.

Também informa-se que os demais questionamentos apontados na Deliberação CBH-BT referem-se a assuntos de cunho técnico/construtivo/operacional, os quais serão detalhados nas fases seguintes do licenciamento ambiental e não estão vinculados à decisão quanto à viabilidade ambiental do empreendimento. Tais aspectos serão avaliados pela CETESB no momento oportuno, caso o licenciamento do CGR tenha continuidade.

Por fim o Sr. Prefeito questiona o enquadramento da atividade como de utilidade pública entendendo que por se tratar de empreendimento privado não poderia ser assim considerado. Aliado a isso entende o Sr. Prefeito que dada a inexistência de consórcio intermunicipal não existiria justificativa para considerar um empreendimento de caráter regional como de utilidade pública.

Sob o ponto de vista exclusivo do licenciamento ambiental, o enquadramento de uma atividade como de utilidade pública só é levada em conta em função da Lei nº 12.651/2012 (*que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n.ºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n.º 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências*), uma vez que se a atividade fosse entendida como de utilidade pública poder-se-ia permitir intervenção em APP, o que não é o caso. Assim, informa-se que, independentemente do empreendimento ser ou não considerado como de utilidade pública (por ser um aspecto irrelevante neste caso), a análise da viabilidade ambiental do empreendimento foi realizada com rigor pela equipe técnica desta Companhia com base em aspectos técnicos, legais e administrativos e fundamentada nas informações constantes do Processo nº 067/2011.

**ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO**

**Eng. Pedro Penteado de Castro**  
Gerente do Setor de Avaliação de Sistemas  
de Tratamento de Resíduos – IPSR  
Reg. 2095-5 CREA: 060074187